

Folha de S. Paulo – 09/04/2008

Eletrobrás elevará competição, diz ministro

Governo sanciona lei que dá mais poderes à estatal e permite que ela seja majoritária em consórcios no setor e atue no exterior

"A iniciativa privada que apresente preços baixos", afirma Edison Lobão, que volta a negar planos de reestatização do setor elétrico

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O setor privado terá que ter preços competitivos para concorrer com a Eletrobrás nos projetos de construção de usinas para a geração de energia e linhas de transmissão. "A concorrência apenas do setor privado poderia elevar tarifas. A iniciativa privada que apresente preços baixos", afirmou o ministro Edison Lobão (Minas e Energia).

Ontem, o governo federal sancionou a lei que dá mais poderes à Eletrobrás, permitindo que a estatal seja majoritária em consórcios que disputam obras no setor e possa atuar em projetos no exterior. O governo planeja que a empresa lidere a construção de usinas na Argentina, no Uruguai, na Bolívia e no Peru, em um processo de integração energética da América do Sul.

Lobão voltou a negar que o governo esteja planejando reestatizar o setor elétrico. "O mercado continua aberto, não há reestatização", disse o ministro. De acordo com Lobão, a nova lei permitirá que a Eletrobrás tenha mais controle sobre suas subsidiárias (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul).

Amanhã, o TCU (Tribunal de Contas da União) deverá analisar os estudos da EPE (Empresa de Pesquisa Energético) sobre a usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO). Se os estudos forem aprovados, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) poderá aprovar o edital na quinta-feira. O leilão está previsto para a segunda semana de maio. No ano passado, o governo leiloou a usina de Santo Antônio, também no Madeira.

De acordo com o ministro Lobão, a construção da hidrelétrica de Jirau não é um projeto no qual a Eletrobrás irá participar sozinha ou de forma majoritária em consórcios, porque deverá haver interesse privado. Segundo ele, a estatal entrará sozinha quando a iniciativa privada não tiver interesse.

Mercado

Para **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil** (que reúne os principais investidores privados em energia no Brasil), a lei que deu mais poderes à Eletrobrás é desnecessária. "A legislação anterior já permitia que a Eletrobrás participasse da expansão do setor elétrico", disse.

De acordo com **Sales**, o setor elétrico precisa de R\$ 20 bilhões de investimento por ano, e a Eletrobrás tem investido aproximadamente R\$ 3,1 bilhões anuais, na média dos últimos quatro anos. "Toda e qualquer iniciativa de investimento estatal deveria levar em conta racionalidade econômica, que deve ser a mesma da iniciativa privada. Ausência desse princípio significa destruição de valores da companhia", afirmou.